



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **1012069-08.2017.8.26.0566**
Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Saúde Mental**
Requerente: **Ana Lucia Campana Vendrasco**
Requerido: **Elisandra Vendrasco e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Ana Lucia Campana Vendrasco ajuizou esta ação de obrigação de fazer cumulada com internação compulsória e pedido de antecipação dos efeitos da tutela contra 'MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS e Elisandra Vendrasco.

Aduz, em síntese, que a requerida Elisandra, sua filha, faz uso de entorpecentes, apresentando agressividade, resistência a tratamento, abandono do emprego, do lar, acarretando risco para si e para terceiros, notadamente diante da prática de furtos e valendo-se da prostituição para conseguir dinheiro para obtenção de substâncias entorpecentes. Requer, então, seja determinada a sua internação compulsória em clínica especializada para tratamento da dependência.

A antecipação da tutela foi deferida às fls. 12/13.

O Município contestou, alegando falta de interesse de agir e que não ofereceria resistência o pedido, pois já providencia as internações prescritas pelo CAPS.

Foi nomeado Curador Especial à requerida Elisângela, que contestou a ação (fls. 51), alegando que não estão presentes os requisitos para a internação compulsória, não sendo o laudo médico idôneo a amparar a pretensão da autora, não tendo sido subscrito por profissional atuante no CAPS.

Houve réplica.

É o relatório.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Fundamento e decido.

O presente feito comporta julgamento no estado em que se encontra, vez que caracterizada a hipótese do artigo 355, I, do Código de Processo Civil de 2015.

Inicialmente, afasto a preliminar de falta de interesse de agir, considerando que o art. 5º, inciso XXXV, da Constituição da República garante, com clareza, o acesso ao Poder Judiciário independentemente de eventuais medidas administrativas.

No mérito, o pedido merece acolhimento.

A indicação para a internação compulsória vem confirmada pelos relatórios existentes nos autos (fls. 11), tendo a ação respaldo no artigo 196 da Constituição Federal, segundo o qual *“a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”*.

A Lei nº 10.216, de 06 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais, dentre os quais os decorrentes do vício em drogas e em álcool, assim estabelece:

“Art. 3º É responsabilidade do Estado o desenvolvimento da política de saúde mental, a assistência e a promoção de ações de saúde aos portadores de transtornos mentais, com a devida participação da sociedade e da família, a qual será prestada em estabelecimento de saúde mental, assim entendidas as instituições ou unidades que ofereçam assistência em saúde aos portadores de transtornos mentais”. “Art. 6º A internação psiquiátrica somente será realizada mediante laudo médico circunstanciado que caracterize os seus motivos. Parágrafo único. São considerados os seguintes tipos de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

internação psiquiátrica: I - internação voluntária: aquela que se dá com o consentimento do usuário; II - internação involuntária: aquela que se dá sem o consentimento do usuário e a pedido de terceiro; e III internação compulsória: aquela determinada pela Justiça”.

No caso vertente, o relatório médico (fl.11) é apto a demonstrar a necessidade de internação compulsória da correqueira Elisandra, tendo sido subscrito por profissional do próprio Município.

Desta forma, o acolhimento do pedido é medida que se impõe.

Diante do exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido, confirmando a antecipação da tutela concedida, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, devendo a parte autora participar de grupos de apoio, para que possa recepcionar adequadamente a filha, quando de seu retorno.

Não há condenação em honorários ao Município, pois não resistiu ao pedido e não se tem comprovação de que houve prévio pedido administrativo.

P I

São Carlos, 02 de abril de 2018.